

TERMO DE CIÊNCIA PARA COLETA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

Através do presente instrumento, eu _____, inscrito (a) no CPF sob n.º _____, aqui denominado (a) como TITULAR, venho por meio deste, autorizar que a Administração Direta do Município de Limeira, aqui denominada como CONTROLADORA, inscrita no CNPJ sob n.º 45.132.495/0001-40, **em razão do cumprimento de obrigação legal** do contrato de trabalho, disponha dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, de acordo com os artigos 7º e 11 da Lei n.º 13.709/2018, conforme disposto neste termo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Dados Pessoais

O Titular autoriza a Controladora a realizar o tratamento, ou seja, a utilizar os seguintes dados pessoais, para os fins que serão relacionados na cláusula segunda:

- Nome completo;
- Data de nascimento;
- Cópia da Carteira de Identidade (RG) ou outro documento de identificação válido com foto;
- Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Cópia do Título de Eleitor e certidão da Justiça Eleitoral;
- Cópia do Certificado de Reservista (quando aplicável);
- Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (quando necessário para a função contratada);
- Cópia do Programa de Integração Social (PIS);
- Cartão do SUS;
- CTPS física e/ou digital;
- Fotografia 3x4;
- Cópia da Certidão de Nascimento, ou Certidão de Casamento ou Escritura Declaratória de União Estável;
- Cópia do Comprovante de Escolaridade;
- Endereço completo e Cópia de Comprovante de endereço;
- Números de telefone, WhatsApp e endereço de e-mail pessoal;
- Banco, agência e número de contas bancárias;
- Cópia da Declaração de bens ou Declaração de Imposto de Renda;
- Cópia de Certidões de Negativa Criminal Estadual e Federal;
- Cópia da Certidão de Antecedentes Criminais;
- Cópia de Registro em Órgão de Classe (quanto aplicável ao cargo);
- Certidão de quitação e de regularidade com o Órgão de Classe;
- Cópia de Declaração que não possui vínculo com outro órgão público;
- Cópia de Declaração que não é aposentado por invalidez;
- Currículo Funcional;
- Cópia do Termo de Declaração para cargos de confiança, prefeito, vice, Secretários, função gratificada, termo de posse e contrato de trabalho para os servidores;
- Biometria das digitais para registro do ponto;
- Imagem de câmera de segurança, onde estiver instalada;
- Cópia de solicitação de vale-transporte (quando aplicável);
- Cópia de Solicitação de filiação sindical (quando aplicável);
- Cópia de solicitação de inscrição em plano médico-hospitalar dos servidores, incluindo dados de dependentes do plano (quando aplicável);
- Cópia de Declaração não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão por justa causa ou a bem do serviço público, para servidores estatutários;
- Cópia da Declaração de dependentes para dedução do Imposto de Renda;
- Cópia do CPF, RG e cartão SUS dos dependentes (cônjuges, filhos, pais e outros dependentes econômicos)
- Exames e atestados médicos, especialmente admissionais, periódicos, incluídos de retorno por afastamento superior a 30 dias em caso de doença, acidente ou parto, de mudança de função, demissionais e ainda aqueles que atestem doença ou acidente;
- Cópia do ASO (Exame de aptidão de sanidade física e mental feito por médico oficial do município);
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos, filhos universitários até 24 anos ou inválidos em qualquer idade, Carteira de vacinação dos menores de 07 anos, e atestado de matrícula e frequência escolar semestral.

CLÁUSULA SEGUNDA: Finalidade do Tratamento dos Dados

O Titular autoriza que a Controladora utilize os dados pessoais e dados pessoais sensíveis listados neste termo para as seguintes finalidades:

- Permitir que a Controladora identifique e entre em contato com o titular, em razão do contrato de trabalho;
- Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação, principalmente trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria da Controladora;
- Para procedimentos inerentes a execução do contrato de trabalho, inclusive após seu término;
- Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
- Quando necessário para executar um contrato, no qual seja parte o titular;
- A pedido do titular dos dados;

- Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;
- Quando necessária a coleta de imagens via câmeras de segurança nos locais instalados, elas serão armazenadas pelo período mínimo de 5 dias;
- Para contratação de serviços de vale alimentação, mediante empresa licitada onde serão repassados nome, CPF, matrícula e valor a ser creditado;
- Para contratação de serviços bancários para pagamento de folha, mediante empresa licitada onde serão repassados nome, CPF, holerite, dados bancários para depósito e valor a ser creditado;
- Permitir que a Controladora utilize esses dados para a contratação e prestação de serviços diversos dos inicialmente ajustados, desde que o Titular também demonstre interesse em contratar novos serviços.

Parágrafo Primeiro: Caso seja necessário o compartilhamento de dados com terceiros que não tenham sido relacionados nesse termo ou qualquer alteração contratual posterior, fica a Controladora dispensada de solicitar novo consentimento ao Titular, nos casos previstos no Art. 11 da Lei 13.709/2018, inciso II, alíneas "a" a "g".

Parágrafo Segundo: Em caso de alteração na finalidade, que esteja em desacordo com o termo de ciência original, a Controladora deverá comunicar o Titular de forma ampla e irrestrita pelos meios eletrônicos, site e Jornal Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA: Compartilhamento de Dados

A Controladora fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que, sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Responsabilidade pela Segurança dos Dados

A Controladora se responsabiliza por manter medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do Titular. E caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, a Controladora deverá notificar o titular dos dados e também à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme artigo 48 da Lei n.º 13.709/2018.

CLÁUSULA QUINTA: Término do Tratamento dos Dados

À Controladora, é permitido manter e utilizar os dados pessoais do Titular durante todo o período contratualmente firmado para as finalidades relacionadas nesse termo e ainda após o término da contratação para cumprimento de obrigações legais ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 16 da Lei n.º 13.709/2018.

CLÁUSULA SEXTA: Tempo de Permanência dos Dados Recolhidos

O titular fica ciente de que a Controladora deverá permanecer com os seus dados pelo período mínimo de guarda de documentos trabalhistas, previdenciários, bem como os relacionados à segurança e saúde no trabalho, mesmo após o encerramento do vínculo empregatício, de acordo com a Lei Federal nº 8.159, de 08/01/1991 – Lei Nacional de Arquivos.

CLÁUSULA SÉTIMA: Vazamento de Dados ou Acessos Não Autorizados

- Penalidades: As partes poderão entrar em acordo, quanto aos eventuais danos causados, caso exista o vazamento de dados pessoais ou acessos não autorizados, e caso não haja acordo, a Controladora tem ciência que estará sujeita às penalidades previstas no artigo 52 da Lei n.º 13.709/2018.

CLÁUSULA OITAVA: Direitos do Titular

- O direito mais elementar da pessoa física em termos de proteção de dados é o de titularidade de seus dados pessoais (artigo 17 da LGPD).

Significa que, ao permitir o tratamento de seus dados pessoais, de modo algum e em nenhuma circunstância, a pessoa transfere a outrem a condição de dono de seus próprios dados pessoais.

O titular dos dados pessoais tem o direito de requisitar do controlador, quando aplicável, a qualquer momento através do e-mail lgpd@limeira.sp.gov.br:

- I. a confirmação da existência de tratamento;
- II. o acesso aos dados mantidos pelo controlador;
- III. a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV. a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados, desde que sejam considerados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- V. a portabilidade de seus dados pessoais a outro fornecedor de serviço;
- VI. a eliminação dos dados pessoais quando retirado o consentimento dado anteriormente;
- VII. a relação de com quem seus dados foram compartilhados;
- VIII. a informação de que poderá negar consentimento e quais suas consequências;
- IX. a revogação do consentimento.

Limeira, _____ de _____ de _____.

Nome do servidor (Titular)